

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇO nº 1303.02/2015INF – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PROCESSO: nº 1303.02/2015INF

Tipo da Licitação: **Menor Preço Global**

Forma de Execução: **Indireta - Regime: Empreitada Por Preço Global**

Unidade Administrativa: **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO CARIRÉ, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo previstos, abrirá licitação, na modalidade Tomada de Preços, no tipo menor preço global, para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21.06.93 e Lei nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014.

HORA, DATA E LOCAL:

OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS serão recebidos em sessão pública marcada para:

ÀS 14:00 HS

DO DIA 31 De março de 2015.

NO ENDEREÇO: Praça Elísio Aguiar, s/n, Centro - Cariré - CE;

Constituem parte integrante deste Edital, independente de transcrição os seguintes anexos:

ANEXO I - Projeto de Básico.

ANEXO II - Modelo de apresentação de proposta.

ANEXO III - Modelo de planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro

ANEXO IV - Minuta de contrato

ANEXO V - Minuta de declaração (Artigo. 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

ANEXO VI - Minuta de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

ANEXO VII - Minuta de Declaração de inexistência de fato impeditivo superveniente à habilitação

ANEXO VIII - Modelo de Procuração

ANEXO IX - Modelo de Resumo de Informações

1.0 DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1 - A presente licitação tem como objeto à Contratação de empresa para executar a reforma de talude do Açude Cabeça do Boi do Município de Cariré conforme projeto.

1.2. O valor estimado para objeto acima é de **R\$ 322.737,58 (trezentos e vinte e dois mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e oito centavos)**, de acordo com o projeto de engenharia constante do anexo I deste Edital.

2.0 DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1- Restrições de participação:



- 2.1.1- Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 2.1.2- Não poderá participar empresa com falência decretada;
- 2.1.3- Não será admitida a participação de interessados sob forma de consórcio ou grupo de empresas;
- 2.1.4- Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório.
- 2.1.5 - Só poderá apresentar ou solicitar quaisquer documentos, manifestar-se ou representar qualquer empresa licitante no presente certame, representante legal habilitado, devendo apresentar os seguintes documentos:
- I - documento oficial de identidade;
 - II - procuração por instrumento público ou particular, este último reconhecido firma, inclusive com outorga de poderes para, na forma da lei, representar a licitante e praticar os atos a que se destinam, pertinentes ao certame, em nome da licitante.
- 2.1.6 - Caso o representante seja sócio da empresa licitante com poderes de representação, sócio-gerente, diretor do licitante ou titular de firma individual, deverão ser apresentados juntamente com o documento de identidade, documentos que comprovem tal condição (atos constitutivos da pessoa jurídica, ata de sua eleição, etc.), nos quais estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.2- Das condições de participação:

- 2.2.1- Poderá participar do presente certame licitatório pessoa jurídica, devidamente cadastrada na prefeitura de Cariré ou não cadastrada, que atender a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- 2.2.2 - A ME ou EPP que pretender se beneficiar, na licitação, da LC 123/06, deverá entregar à Comissão, juntamente com os envelopes de habilitação e proposta, declaração, assinada pelo titular ou representante legal da empresa, devidamente comprovada tal titularidade/representação.

3.0- DOS ENVELOPES

- 3.1- A documentação necessária à Habilitação, bem como as Propostas de Preços deverão ser apresentadas simultaneamente à Comissão de Licitação, em envelopes distintos, opacos e fechados, no dia, hora e local indicado no preâmbulo deste Edital, conforme abaixo:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)**

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO

TOMADA DE PREÇO nº 1303.02/2015INF - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ
(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)**

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇO nº 1303.02/2015INF - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

- 3.2- É obrigatória a assinatura de quem de direito da PROPONENTE na PROPOSTA DE PREÇOS.



3.3- Os Documentos de Habilitação e as Propostas de Preços deverão ser apresentados por preposto da LICITANTE com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular com firma reconhecida. A não apresentação não implicará em inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da LICITANTE, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que deverá apresentar cópia do contrato social e documento de identidade.

3.4- Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais de mais de uma LICITANTE, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma LICITANTE junto à COMISSÃO, sob pena de exclusão sumária das LICITANTES representadas.

4.0- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “A”.

4.1- Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, exceto para a garantia, quando houver, cujo documento comprobatório deverá ser exibido exclusivamente em original;
- b) Dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão;
- c) Rubricados e numerados sequencialmente na ordem deste Edital, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato;

4.2- Os Documentos de Habilitação consistirão de:

4.2.1-Certificado de Registro Cadastral (CRC) desta Prefeitura Municipal, dentro do prazo de validade, guardada a conformidade do objeto da licitação.

I – Habilitação Jurídica:

- a) Cópia da Cédula de Identidade do representante legal da Empresa;
- b) registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Alvará de funcionamento;

II – Regularidade Fiscal, conforme o caso:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (FIC) ou documento de isenção;
- c) prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio (Certidão Negativa de Débitos Gerais ou ISS);
- d) prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual de seu domicílio;



- e) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- f) prova de regularidade fiscal junto à Seguridade Social (INSS) – CND;
- g) prova de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- i) Certidão Negativa de Débitos junto ao município de Cariré;

- Para as comprovações de regularidade, com a Fazenda Federal, exigida no item "4.2, II "e)" deste Edital, e perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, item 4.2 – II "f", a partir de 03 de novembro de 2014, serão consideradas as Certidões de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, exceto se as certidões de regularidade anteriores ainda estiverem vigentes na data do certame

4.2.5- Qualificação Técnica, visita técnica e declarações:

4.2.5.1- Prova de inscrição, ou registro, e quitação das anuidades da LICITANTE junto ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA), da localidade da sede da PROPONENTE.

4.2.5.2- Comprovação do licitante de possuir, como responsável técnico em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior, reconhecido pelo CREA.

a) O empregado, comprovando-se a o vínculo empregatício através de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado" ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou contrato de prestação de serviços.

4.2.5.3- Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

a) O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado" ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou contrato de prestação de serviços.

b) O sócio, comprovando-se a participação societária através de cópia do Contrato social.

4.2.5.4- Não serão aceitos atestados de Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras.

4.2.5.5 – Declaração conforme o estabelecido no Art. 30, parágrafo 6º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, que dispõe da instalação de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado para a realização do objeto da licitação.

4.2.5.6 – Declaração expressa do responsável técnico que concorda com sua inclusão na equipe técnica.

4.2.5.7- Comprovação de visita fornecida pela SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO do Município do Cariré que o Licitante tenha visitado e tomado conhecimento do lugar onde serão executados o objeto do certame em questão e se inteirado de todas as condições que possam orientar a elaboração de sua proposta;

4.2.5.7.1 - **O responsável técnico representante da licitante que visitará o local onde serão executados os serviços, deverá comparecer devidamente documentado, comprovando sua condição de ser o responsável técnico da licitante que pretende participar do certame. (excluindo – se Tecnólogos)**

4.2.5.8 - Declaração de inexistência de fato impeditivo superveniente à habilitação;

4.2.5.9 – Declaração de não emprego a menores de idade.

4.2.6- Qualificação Econômico - Financeira:

4.2.6.1- Tratando-se de Sociedade Anônima, publicação em Diário Oficial ou jornal de grande circulação ou cópia autenticada do Balanço Fiscal correspondente ao último exercício social encerrado devidamente registrado na Junta Comercial da sede do licitante, com as respectivas



demonstrações de Conta de Resultados devidamente assinado por contador registrado no CRC e pelo proprietário/sócio da empresa. Os demais tipos societários deverão apresentar cópias autenticadas do Balanço Patrimonial do último exercício social, devidamente registrado na Junta Comercial da sede do licitante, assinado por contador registrado no CRC e pelo proprietário/sócio da empresa reservando-se à COMISSÃO o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação dos valores;

4.2.6.2 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, no mínimo dentro do prazo de validade;

4.3- A LICITANTE deverá fornecer, a título de informação, número de telefone, fax, e pessoa de contato, preferencialmente local. A ausência desses dados não a tornará inabilitada.

4.4 Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 01 (Documentos de Habilitação); ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidades, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior.

4.4.1- Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

4.4.1.1- Para efeito do disposto no item acima, as ME e EPP, por ocasião de participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.4.1.2- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.4.1.3- A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.4.1.4 - Será inabilitado o licitante que não atender às exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma, e ainda, a ME ou EPP que não apresentar a regularização da documentação de Regularidade Fiscal no prazo definido no item "4.4.1.2" acima.

5.0- DA PROPOSTA DE PREÇO – ENVELOPE "B"

5.1- As propostas deverão ser apresentadas em papel timbrado da firma e preenchidas em uma via datilografada/digitada ou impressas por qualquer processo mecânico, eletrônico ou manual, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, entregue em envelope lacrado.

5.2- As propostas de preços deverão ainda conter:

5.2.1- A razão social, local da sede e o número de inscrição no CNPJ da licitante;

5.2.2- Assinatura do Representante Legal;

5.2.3- Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas.

5.2.4- Preço unitário e total para cada item proposto, cotados em moeda nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, nos mesmos, todas as despesas, inclusive tributos, mão-de-obra e transporte, incidentes direta ou indiretamente no Objeto deste Edital.

5.2.5- Acompanharão obrigatoriamente as Propostas Comerciais, como partes integrantes da mesma, os seguintes anexos, os quais deverão conter o nome da licitante, a assinatura e o título profissional do engenheiro que os elaborou, e o número da Carteira do CREA desse profissional:

5.2.5.1-Planilha de Orçamento, contendo preços unitários e totais de todos os itens de serviço constantes do **ANEXO I - PROJETO BÁSICO**;

- 5.2.5.2- Cronograma Físico Financeiro compatível com a obra;
- 5.2.6- Na elaboração da Composição de Preços Unitários, deverá conter todos os insumos e coeficientes de produtividade necessários à execução de cada serviço, quais sejam equipamentos, mão-de-obra, totalização de encargos sociais, insumos, transportes, BDI, ligantes betuminosos, totalização de impostos e taxas, e quaisquer outros necessários à execução dos serviços.
- 5.2.7- Na elaboração da Proposta de Preço, o licitante deverá observar as seguintes condições: Os preços unitários propostos para cada item constante da Planilha de Orçamento deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, ligantes betuminosos, custo horário de utilização de equipamentos, mão-de-obra, encargos sociais, impostos/taxas, despesas administrativas, transportes, seguros e lucro.
- 5.2.8- Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.
- 5.2.9- Ocorrendo divergência entre os valores, prevalecerão os descritos por extenso. Ocorrendo discordância entre os valores unitário e total, prevalecerá o valor unitário.
- 5.2.10- Em caso de mais de uma cotação por item, será considerada, para efeito de classificação a cotação de menor valor.
- 5.2.11- Declaração de que assume inteira responsabilidade pela execução dos serviços, objeto deste Edital, e que serão executados conforme exigência editalícia e contratual, e que serão iniciados dentro do prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

6.0- DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

- 6.1- A presente Licitação na modalidade Tomada de Preços será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 6.2- Após a entrega dos envelopes pelos licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos.
- 6.3- Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados a Comissão de Licitação deste Município, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.
- 6.4- É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.
- 6.5- Será lavrada ata circunstanciada durante todo o transcorrer do processo licitatório, que será assinada pela Comissão de Licitação e os licitantes presentes, conforme dispõe o § 1º do art. 43 da Lei de Licitações.
- 6.6- O recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços, será realizado simultaneamente em ato público no dia, hora e local previstos neste Edital.
- 6.7- Para a boa conduta dos trabalhos, cada licitante deverá se fazer representar por, no máximo, 02 (duas) pessoas.
- 6.8- Os membros da Comissão e 02 (dois) licitantes, escolhidos entre os presentes como representantes dos concorrentes, examinarão e rubricarão todas as folhas dos Documentos de Habilitação e Propostas de Preços apresentados;
- 6.9- Recebidos os envelopes "A" DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, "B" "PROPOSTA DE PREÇOS", proceder-se-á a abertura e a análise dos envelopes referentes à documentação.
- 6.10- A Comissão poderá, ao seu exclusivo critério, proclamar, na mesma sessão, o resultado da habilitação, ou convocar outra para esse fim, ficando cientificados os interessados;
- 6.11- Divulgado o resultado da habilitação, a Comissão, após obedecer ao disposto no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei de Licitações, fará a devolução aos inabilitados, dos seus envelopes - proposta de preços lacrados.
- 6.12- Abertura das propostas de preços das licitantes habilitadas que serão examinadas pela Comissão e licitantes presentes.



6.13- Divulgação do resultado do julgamento da proposta de preços e observância ao prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93.

6.14- Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

7.0- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A - AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "A"

7.1- Compete exclusivamente à COMISSÃO avaliar o mérito dos documentos e informações prestadas, bem como julgar a capacidade técnica, econômica e financeira de cada PROPONENTE e a exequibilidade das propostas apresentadas.

7.2- A habilitação será julgada com base nos Documentos de Habilitação apresentados, observadas as exigências pertinentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e à Qualificação Econômica e Financeira.

B - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS - ENVELOPE "B"

7.3- A presente licitação será julgada pelo critério do menor preço, conforme inciso I, § 1º do art. 45 da Lei das Licitações.

7.4- Serão desclassificadas as propostas:

7.4.1- Que não atenderem as especificações deste Edital de Tomada de Preços;

7.4.2- Que apresentarem preços unitários irrisórios, de valor zero, ou preços excessivos ou inexequíveis (na forma do Art. 48 da Lei de Licitações).

7.4.3- Que apresentarem valor global superior ao preço máximo orçado pela Prefeitura Municipal do Cariré, estabelecido no item 1.2, deste Edital;

7.4.4- Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Tomada de Preços, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

7.4.5- Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como o valor total proposto, eventualmente configurados nas Propostas de Preços das PROPONENTES, serão devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, como motivo para desclassificação da proposta.

7.4.6.1- Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço.

7.4.6.2- Para efeito do disposto no 7.4.6.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de quinze minutos, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.4.6.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também todos no prazo de quinze minutos cada, sob pena de preclusão;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 7.4.6.2, inciso I deste Edital, será realizado sorteio para definir aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.4.6.3- Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.4.6.2 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4.6.4 - O disposto no item 7.4.6.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.4.7- No caso de empate entre duas ou mais propostas, como critério de desempate a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, vedado outro processo.

7.4.8- Será declarada vencedora a proposta de menor preço **GLOBAL DESTA LICITAÇÃO**, entre as **LICITANTES** classificadas;

7.4.9- De conformidade com o parecer da CPL, não constituirá causa de inabilitação nem de desclassificação da proponente a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta e/ou documentação;

8.0- DA ADJUDICAÇÃO

8.1- A adjudicação da presente licitação ao licitante vencedor será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida à ordem classificatória, depois de ultrapassado o prazo recursal se houver.

9.0- DO CONTRATO

9.1- Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta anexa a presente Tomada de Preços, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de convocação encaminhada à licitante vencedora.

9.2- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o "Termo de Contrato" no prazo estabelecido no subitem anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeito às penalidades previstas no item 19.1, sub-alínea "b.1" do Edital;

9.3- Considera-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta Vencedora e seus Anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório.

9.4- O prazo de convocação a que se refere o subitem 9.1, poderá ter uma única prorrogação com o mesmo prazo, quando solicitado pela licitante, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

9.5- É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o "Termo de Contrato" no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.0- DOS PRAZOS

10.1- Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados e concluídos dentro do prazo estipulado no Cronograma Físico Financeiro constante do ANEXO I, contados a partir do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

10.2- Os pedidos de prorrogação deverão ser acompanhados de um relatório circunstanciado e do novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização da Prefeitura Municipal Cariré.

10.3- Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos a SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, até 10 (dez) dias antes da data do término do prazo contratual.

10.4- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Prefeitura do Cariré, não serão considerados como inadimplemento contratual.

11.0- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;



11.3-Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

11.4-Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

12.0- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1-Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos nesta Tomada de Preços, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

12.2-Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

12.3-Utilizar profissionais devidamente habilitados;

12.4-Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

12.5-Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

12.6-Responder perante a Prefeitura Municipal do Cariré, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

12.7-Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;

12.8-Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;

12.9-Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal do Cariré por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal do Cariré;

12.10-Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

12.11-Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

12.12-Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

12.13-Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

12.14-Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

12.15-A CONTRATADA deverá colocar na obra como residente um Engenheiro Civil com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados.

12.16-A CONTRATADA estará obrigada ainda a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:



- a) Prestar os serviços de acordo com o edital e seus anexos, projetos e as Normas da ABNT.
- b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
- c) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
- d) Apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª medição, cronograma e descrição da implantação das medidas preventivas definidas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Industrial da Construção – PCMAT, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento;
- e) Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a Prefeitura Municipal do Cariré, sob pena de retardar o processo de pagamento;
- f) Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom);

13.0-DA DURAÇÃO DO CONTRATO

13.1-O contrato terá um prazo de vigência a partir da data de assinatura pelo período de **06 (seis) meses**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

14.0-DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1-O recebimento da obra será feito por equipe ou comissão técnica, constituída pela Prefeitura Municipal do Cariré, para este fim.

14.2- O OBJETO DESTA LICITAÇÃO SERÁ RECEBIDO:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;
- b) Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, circunstanciado, assinado pelas partes, em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, período este de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

14.3- O Termo de Entrega e Recebimento Definitivo só poderá ser emitido mediante apresentação da baixa da obra no CREA e no INSS.

15.0- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1- As medições deverão ser elaboradas pela contratada, de comum acordo com a fiscalização e entregues na Prefeitura Municipal do Cariré, até o antepenúltimo dia útil do mês. Para isso, devem ser considerados os serviços executados somente até o terceiro dia anterior a esta data da entrega. As medições não entregues até esta data, serão cadastradas como de valor ZERO e o valor constante no cronograma financeiro, referente a esse período, será automaticamente transferido para o período posterior.

15.2- O pagamento dos serviços será efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao dia da apresentação da fatura.

16.0- DA FONTE DE RECURSOS

16.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária Nº 06.01.1512204022.016 / 6.01.2060520141.018 / 06.01.2678226021.021, elemento de despesas 4.4.90.51.00, com recursos Próprios/Estadual.

17.0- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

17.1- Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do INCC - Índice Nacional de Custo da Construção, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas;

18.0- DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

19.0- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1-Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) Multa de 10,0 % (dez por cento) sobre o valor de sua proposta ,em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;

b.2) Multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) Multa de 2,0 % (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Prefeitura Municipal do Cariré, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.4) Os valores das multas referidas nestas cláusulas serão descontadas "ex- officio" da Contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Prefeitura Municipal do Cariré, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

c) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

20.0- DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

20.1- A rescisão contratual poderá ser:

20.2-Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

20.3- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

20.4-Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

20.5-A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

21.0-DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

21.1-Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

21.2-Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal Cariré.

21.3-Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal e encaminhados à Comissão de Licitação.

22.0-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1-A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas nesta TOMADA DE PREÇOS.

22.2-Esta licitação poderá ser, em caso de feriado, transferida para o primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local.

22.3-Para dirimir quaisquer dúvidas, o proponente poderá dirigir-se à Comissão de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal do Cariré, durante o período das 8:00 às 12:00 horas.

22.4-Conforme a legislação em vigor, esta licitação, na modalidade Tomada de Preços poderá ser:

- a) anulada, a qualquer tempo, por ilegalidade constatada ou provocada em qualquer fase do processo;
- b) revogada, por conveniência da Administração, decorrente de motivo superveniente, pertinente e suficiente para justificar o ato;
- c) adiada, por motivo justificado.

22.5- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação nos termos da legislação pertinente.

23.0- DO FORO

23.1- Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o foro da Comarca do Cariré - CE, excluído, qualquer outro por mais privilegiado que seja;

Cariré (CE), 13 de Março de 2015.


Delano Leite Cruz
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

PROJETO EXECUTIVO

AÇUDE CABEÇA DO BOI
(reforma / ampliação)

CARIRÉ - CEARÁ
janeiro / 2015

Jose Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP:06006436-46



SUMÁRIO

- 1.0 - Ficha técnica
- 2.0 - Considerações Gerais
 - 2.1 - topografia
 - 2.2 - geotecnia
- 3.0 - Especificações Técnicas
- 4.0 - Estudos Hidrológicos
- 5.0 - Memória de Cálculo
 - 5.1 - Bacia hidráulica
 - 5.2 - Quadro de cubação geral
 - 5.3 - Corte do sangradouro
- 6.0 - Estudo de Viabilidade sócio - econômico
 - 6.1 - Ficha Informação de Campo
- 7.0 - Orçamento Básico
- 8.0 - Cronograma Físico - Financeiro
- 9.0 - Mapas da região e bacia hidrográfica
- 10.0 - ART do projetista
- 11.0 - Elementos Gráficos
- 12.0 - Relatório Fotográfico


Eng: CIVIL-CREA-CE
RNP: 06006436-46



1.0 - FICHA TÉCNICA

Nome da Obra	Açude CABEÇA DO BOI	
Localização	Comunid. ALTO DOS HONORIOS	
Rio Barrado	Riacho SDO	
Tipo de obra	Terra homogênea	
Altura máxima	24,50	m
Bacia hidrogárfica	10,25	km ²
Cap. Bacia hidráulica	152.839	m ³
Área da Bacia Hidráulica	8,57	há
Extensão da obra	600,00	m
Largura do coroamento	5,00	m
Largura do sangradouro	80,00	m
Cota do coroamento		149,50
Cota de sangria		147,90
Cota do talveg		145,00
Revanche	1,60	m

Coordenadas LAT. 325672.27 LONG. 9557799.22
CARIRÉ, 05 DE JANEIRO DE 2014

José Aquino Rufino Vieira
Eng: CIVIL-CREA-CE
RNP: 06006436-46

3.0 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

1 - AMPLIAÇÃO DA BARRAGEM

A barragem objeto das presentes especificações é um maciço de terra compactada, do tipo homogêneo, e que está detalhada nos desenhos que incorporam os elementos básicos do projeto.

As especificações técnicas reunidas neste item constituem as principais condições técnicas a serem observadas para a garantia das bases do projeto, fixadas em função de dados e de premissas claramente enunciadas. O cumprimento das especificações será fiscalizado por equipe especializada e somente após criteriosa revisão, em circunstâncias especiais, poderão ser introduzidas modificações pela Contratada. Elas incluem, no entanto, alguns pormenores que deverão ser previstos sistematicamente pelos técnicos, em função dos dados corrigidos durante a construção.

1.1.- Escavações

Os desenhos de projeto indicam as profundidades a serem alcançadas nas escavações. Tais profundidades, fixadas através das investigações expeditas do subsolo (sistema pá e picareta), servirão como base para o desenvolvimento dos trabalhos, ao término dos quais as superfícies escavadas das áreas expostas à vista deverão apresentar uma boa aparência, com taludes estáveis e convenientemente drenada, de modo a evitar os efeitos da erosão. Em cada caso, entretanto, as escavações serão levadas até que encontrem as condições previstas nas especificações.

1.1.1.- Trincheira de Vedação

A escavação das trincheiras de vedação terá as dimensões do projeto, podendo, contudo, ser alteradas mediante provas de capacidade de carga a serem efetuadas durante a realização dos trabalhos. A escavação de trincheira de vedação poderá exigir o rebaixamento do lençol freático até a sua base, para possibilitar a execução do maciço compactado.

1.1.2.- Escavação Geral na Área da Implantação da Barragem

Em toda a área de apoio da barragem será removida a camada do terreno humoso e de solo inconsistente, contendo material vegetal, bem como matacões soltos, areias finas e siltes.


Eng: Civil-CREA-CE
RNP:06006436-46

1.2.- Preparo do Terreno de Fundação

- Nas áreas onde o terreno de apoio se encontrar ressecado a superfície deverá ser escarificada e umedecida antes da compactação. O número das passadas do rolo sobre o material terroso de apoio será no mínimo de cinco, aumentando-se na medida do necessário, para se obter um grau de compactação no mínimo de 98% nos 20 cm superiores. Na zona de aluvião arenoso é recomendável o uso de rolos vibratórios na compactação. A superfície compactada será escarificada antes de receber a primeira camada de aterro, devendo essa primeira camada receber a compactação com um teor de umidade igual ou até 2% superior ao ótimo, encontrado no ensaio de compactação de laboratório.
- Na trincheira de vedação, no caso de serem usados rolos pé-de-carneiro, não será necessário a escarificação da camada recém compactada. Prevê-se, na trincheira, a escavação em solo argiloso e/ou argilo-siltoso até uma profundidade de aproximadamente 3,0m.
- Deverão também ser removidos os elementos fraturados e deslocáveis. Quaisquer cavidades ou irregularidades na superfície que possam prejudicar a boa compactação da primeira camada de terra pelo rolo, por causar pontos inacessíveis aos pneumáticos, deverão ser preenchidas por terra compactada mediante a utilização de soquetes mecânicos. Todos os esforços serão enviados para garantir na base dessa trincheira um contato mais estanque entre o maciço e a fundação, não se admitindo processo manuais de compactação.

1.3.- Execução do Aterro Compactado

1.3.1- Empréstimos


Serão utilizados na construção da barragem os materiais pesquisados provenientes do empréstimo especificado.

1.3.1.1- Limpeza Superficial da Área de Empréstimo

- A limpeza será feita parceladamente, sem antecipar de muito o início das operações de escavação, mas em tempo hábil para permitir sua rega ou ressecamento, conforme necessário.
- Após o desmatamento, a camada superficial contendo raízes e terra vegetal será raspada e jogada em área de bota-fora aprovada pela Fiscalização, que também aprovará a limpeza da área de empréstimo antes de se iniciar a sua exploração.

1.3.1.2.- Solos para Aterro

Os solos pesquisados nas jazidas serão explorados de modo a se obter um maciço tão homogêneo quanto possível.

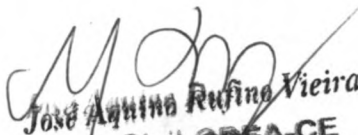

José Aquino Rufino Vieira
Eng: CIVIL-CREA-CE
RNP: 06006436-46

1.3.1.3.- Aceitação do Material Quanto à Umidade

- Os materiais serão transportados para a barragem quando a sua umidade se enquadrar em faixas de tolerância a serem estabelecidas pela Fiscalização. Essas faixas serão estabelecidas de tal forma que os materiais ao chegarem ao local de sua ampliação não exijam, para atingir a umidade média de compactação, acréscimo por rega maior que 2%. É necessário levar em conta, também, na fixação dos limites
- Dessa faixa, o fato de que os materiais, nas operações de escavação, transporte, espalhamento e compactação, poderão perder cerca de 1% a 2% de umidade no período diurno e 0,5% a 1% no período noturno, dependendo de fatores locais diversos.
- No início dos trabalhos e até que o número de dados obtidos seja suficiente para garantir a sua modificação, os limites da faixa de tolerância no local do empréstimo serão:
 - * No período diurno: 2,0% abaixo e 1,5% acima da umidade ótima;
 - * No período noturno: 2,5% abaixo e 1,0% acima da umidade ótima.
- Os materiais cujas umidade ótimas estejam abaixo da faixa de tolerância serão submetidos à rega, preferivelmente por aspersão. A Fiscalização indicará, em cada caso, as quantidades de água a adicionar. Tais quantidades serão estimadas de modo a se obterem as seguintes umidade médias:
 - * No período diurno: 0,5% acima da umidade ótima;
 - * No período noturno: a umidade ótima
- Os materiais cujas umidades estejam acima da faixa de tolerância serão revolvidos e submetidos a secamento.
- O programa de exploração dos empréstimos, aprovado pela Fiscalização, levará em conta esses fatores, de maneira a permitir, em tempo hábil, os necessários ajustes de umidade. Deve-se evitar, por todos os meios, que camadas de aterro sejam compactadas com variações bruscas de umidade, entre uma e outra subjacente, mesmo dentro da faixa de tolerância admitida, de forma que, na constituição do maciço, não ocorra a "laminação", altamente indesejável, que resulta em grau de permeabilidade horizontal pronunciadamente maior que a vertical.

1.3.1.4- Tratamento Final

No término da obra, a área de empréstimo será deixada com aparência tal que não prejudique a estética do local, com rampas permanentemente estáveis e com drenagem e tratamento superficial adequado para proteção contra a erosão. Os taludes finais de escavação serão no máximo de 1:2,0, salvo modificação aprovada pela Fiscalização, válida para casos específicos.


José Aquino Rufino Vieira
Eng. CIVIL-CREA-CE
RNP: 06006436-46

1.3.2- Praça de Compactação

1.3.2.1- Lançamento e Espalhamento

- Imediatamente antes do lançamento de cada camada, a superfície da camada anterior será examinada pela Fiscalização, a qual exigirá o conveniente tratamento no caso em que uma camada tenha ficado exposta após a sua compactação.
- Se, a critério da Fiscalização, a superfície da fundação ou de qualquer camada for considerada muito seca ou muito lisa para permitir a aderência com a nova camada a ser superposta deverá ser ela umedecida e/ou escarificada, até uma profundidade satisfatória para se obter uma boa aderência.
- Se a superfície da camada recém compactada estiver com umidade acima da faixa de tolerância, essa camada deverá ser revolvida ou escarificada e deixada a secar, de modo a ser possível uma recompactação de acordo com as especificações.
- No lançamento das camadas iniciais ter-se-á o cuidado de eliminar as depressões existentes na fundação até se estabelecer uma superfície uniforme, com inclinação máxima de 8%.
- A compactação das camadas será feita em faixas longitudinais, paralelas ao eixo da barragem, não se permitindo caminhos preferências de circulação de equipamento na praça de compactação. As pistas de movimentação do equipamento deverão ser paralelas ao eixo da barragem e sistematicamente deslocadas, para impedir a laminação por supercompactação.
- As camadas deverão ser lançadas de forma a se manter uma inclinação de 2 a 5% no sentido das laterais da praça de compactação, para facilitar o escoamento da águas de chuva. Na iminência de chuva antes dos períodos de interrupção dos trabalhos (fins de semana, feriados, etc.) toda a praça deverá ser alisada pela passagem do rolo pneumático.

1.3.2.2 - Compactação

- A compactação será executada com rolos tipo "pé-de-carneiro" ou pneumáticos, a critério da Fiscalização, e deverão ser suficientemente pesados para exercerem no solo pressão mínima de 21 kg/ cm², quando cheios d'água. No caso de rolos tipo pé-de-carneiro, estes devem estar providos de limpadores convenientemente dispostos, de modo a impedir que os solos fiquem ligados aos mesmos.
- A umidade média de compactação será aproximadamente a "ótima", com faixa de tolerância de 1 a 2% abaixo e acima da ótima. Materiais com umidade fora desses limites serão submetidos à rega ou secamento, antes da compactação. As quantidades d'água a serem adicionadas serão estimadas de forma que a umidade resultante seja aproximadamente a "ótima".


José Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP:06006436-46

- PL. 100
10
- A passagem dos rolos deverá ser sempre em direção paralela ao eixo da barragem, perfazendo um número de passadas iguais sobre toda a faixa lançada. A fixação do número de passadas dos rolos, e respectivo carregamento serão feita na fase inicial da obra, com base nos primeiros resultados obtidos, respeitando-se o grau de compactação médio de 100%. O número de passadas do rolo "pé-de-carneiro" não será inferior a 9 (nove), adotando-se, na fase inicial, 12 (doze).
 - Toda camada cujo grau de compactação, determinado por ensaio de densidade "in situ", seja inferior a 98%, será submetida a recompactação até se obter o resultado desejado.

2.- CONSTRUÇÃO DO SANGRADOURO

- O sangradouro é constituído por um corte aberto em material de categoria determinada em Projeto Básico, com largura variável e talude aproximado de 1:1.
- A Fiscalização estabelecerá eixos de referência definidos em projeto, devidamente coordenados e cotados. À Contratada compete a implantação dos trabalhos, a partir dessas referências, e a respectiva conservação.

2.1- Escavação

- Os cortes deverão ter taludes 1:1 ou declividade próxima a isso, de acordo com as determinações da Fiscalização e os detalhes do projeto. Cuidados especiais devem ser tomados para que não fiquem blocos de rochas soltos, os quais, a critério da Fiscalização, deverão ser estabilizados ou retirados.

3.- MATERIAIS

3.1- Cimento

- O cimento a ser utilizado será do tipo Portland comum, de fabricação recente, só aceito na obra quando fornecido sob embalagem e rotulagem típica da fábrica de origem intactos e deverá satisfazer à EB-1.
- O armazenamento do cimento deverá ser feito em condições satisfatórias de proteção contra a ação das intempéries, da umidade do solo e de outros agentes nocivos às suas qualidades, de acordo com o estabelecido pelo artigo 76 da NB-1

3.2- Areia

A areia para emprego na fabricação de concreto e argamassas deverá satisfazer à EB-4 e às necessidades da dosagem para cada caso.


Jose Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP: 06006436-46

3.3- Pedra

A pedra de mão a ser utilizada em enrocamentos e alvenarias argamassadas deverá ter a forma irregular e ser proveniente de rocha sã.

3.4- Brita

A brita a ser empregada na fabricação de concreto será do tipo granítica, de fabricação industrial.



4.- ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO

- A Prefeitura se reserva o direito de manter nas obras, sob a designação de Fiscalização, engenheiros civis, devidamente credenciados, com autoridade para exercer em seu nome toda e qualquer ação de orientação geral, controle e acompanhamento dos serviços e obras, com amplos poderes para recusar e/ou sustar serviços que não tenham sido executados de acordo com as presentes especificações
- A Contratada ficará obrigada a facilitar a vistoria dos materiais e serviços, facultando à Fiscalização o acesso a todas as dependências da obra, incluindo-se aí oficinas, armazéns ou depósitos onde se encontrem materiais ou equipamentos em preparo, fabricação ou montagem, destinados à construção.
- À Fiscalização será assegurado o direito de ordenar a suspensão das obras e serviços, executados pela contratada, sem que a esta caiba direito a qualquer indenização, em caso de não atendimento, no prazo de 48 horas, de qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado ou material posto na obra.
- Estará a Contratada obrigada a retirar da obra, imediatamente após a correspondente comunicação, qualquer empregado ou preposto sua que, a critério da Fiscalização, demonstre conduta nociva ou incapacidade técnica para a função a ele atribuída.
- Todas as comunicações às comunidades de interesse da obra, entre Fiscalização e Contratada, serão feitas por escrito, convenientemente numeradas e em duas vias, uma das quais ficará em poder do transmissor, depois de visada pelo destinatário.

Cariré, 28 de janeiro de 2015.


José Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP:06006436-46

OBRA : Açude Cabeça do Boi
LOCAL: Cariré-Ceará



Cd = coeficiente de descarga = 1,77
H = lâmina máxima(m) = 0,61 m
Qs = descarga máxima secular 29,54

3.0 - CÁLCULO DAS DIMENSÕES DO MACIÇO

3.1 - FOLGA

$$f = 1,02 + 0,0232x F - 0,0362x F^{3/4} + 0,482x F^{1/2} - 0,354x F^{1/4}$$

Onde: F = "fletch" = 0,37 km

$$f = 1,02 + 0,0232 \times 0,37 - 0,0362 \times 0,37^{3/4} + 0,482 \times 0,37^{1/2} - 0,354 \times 0,37^{1/4}$$

$$f = 1,03 \text{ m}$$

Adotaremos uma folga de 1,00 m

3.2 - REVANCHE

$$R = f + H = 1,00 + 0,61 = 1,61 \text{ m}$$

Onde:

(H) - Lâmina de sangria = 1,00 m

ADOTAR	1,60 m
--------	--------

3.3 - COTA DO COROAMENTO

$$C = Cs + R = 147,90 + 1,60 = 149,50$$

Onde:

Cota da soleira (Cs) = 147,90

3.4 - ALTURA DA BARRAGEM

$$Hb = C - Ct$$

$$Hb = 169,50 - 145,00 = 24,50 \text{ m}$$

Onde:

Ct - cota do talvegue = 145,00

3.5 - LARGURA DO COROAMENTO (B):

$$B = (1,1 \times \text{RAIZ}(Hb)) + 0,9$$

$$B = 6,34 \text{ m}$$

Adotaremos	5,00 m
------------	--------

(coroamento existente para trafego)

CARIRÉ, 05 DE JANEIRO DE 2015

Jose Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP:06006436-46



OBRA : Açude Cabeça do Boi
LOCAL: Cariré-Ceará

1.0 - FIXAÇÃO DA CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO

1.1 - CÁLCULO DO REDIMENTO ANUAL DA BACIA HIDROGRÁFICA (Rmm):

Para precipitações compreendidas entre 500 e 1.000mm/ano

H = 895,70 mm precipitação anual da bacia em milímetros

$$R(\%) = \frac{H^2 - 400H + 230.000}{55.000} = \frac{895,7^2 - 400 \times 895,7 + 230.000}{55.000} = 12,25 \%$$

Para precipitações superiores a 1.000mm/ano

$$R(\%) = 2,853 - 11,295H + 35,19H^2 - 11,874H^3$$

= 0,896 m ; precipitação anual da bacia em metros

$$R(\%) = \frac{2,853 - 11,295 \times 0,8957 + 35,191 \times 0,8957^2 - 11,874 \times 0,8957^3}{12,44}$$

1.2 - CÁLCULO DO VOLUME MÉDIO AFLUENTE ANUAL

$$Va = \frac{R(\%)HUA}{100} = \frac{12,25 \times 0,896 \times 0,80 \times 10250000}{100} = 899.731 \text{ m}^3$$

R(%) - rendimento em percentagem = 12,25 %

H - precipitação média anual (m) = 0,896 m

U - coeficiente de correlação = 0,80 tabela 2.2, página 17

A - área da bacia hidrográfica (m²) = 10250000 m² = 10,25 km²

CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO PARA UMA REPLEÇÃO TOTAL EM

2 ANOS

$$C = 2 \times Va = 2 \times 899.731 = 1.799.461 \text{ m}^3$$

2.0 - CÁLCULO DAS DIMENSÕES DO VERTEDOURO

1 - DESCARGA MÁXIMA SECULAR (Qs)

$$Qs = \frac{1.150 \times A}{L \times C \times (120 + KxLxC)}$$

L = linha de fundo = 10,00 km

tipo de bacia 3 média

C = coeficiente em função do tipo da bacia = 1,05

k = coeficiente em função do tipo da bacia = 0,30

A = Área da bacia = 10,25 km²

$$Qs = \frac{1150,00 \times 10,25}{10,00 \times 1,05 \times (120 + 0,30 \times 10,00 \times 1,05)}$$

$$Qs = 1 \quad 29,539 \text{ m}^3/\text{s}$$

2.2 - LARGURA DO SANGRADOURO

$$L = \frac{Qs}{Cd \times H^{3/2}} = \frac{29,539}{1,77 \times 0,61^{3/2}} = 35,03 \text{ m}$$

ADOTAR 80,00 m

José Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP:06006436-46




5.0 - MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: Açude Cabeça do Boi
LOCAL: Comunidade de Aldo dos Honórios

FL. 1/1

área do maciço :	30 x 600	18.000 m ²			
área da jazidas:	50 x 50	2.500 m ²		0,25 há	
*** Total de desmatam.		20.500,00 m ²		20.500,00 m ²	
*** volume expurgo	20.500 x 0,15	3.075,00 m ³			
comp da crista	5,00 m				
larg.da base	1,50 m				
altura média	1,00 m				
muro de proteção	base:	1,50	seção		
	altura:	2,00	máxima		
	crista:	0,5			
	base:	0,50	seção		
	altura:	1,50	média		
	crista:	0,5			
comprimento	SMAX	1,50	SMED.	3,50	
volume total SMAX		2,00	x	1,50	3,00 m ³
volume total SMED.		0,75	x	3,50	2,63 m ³
*** Total de alv pedra					19,63 m ³
escav. fundação	1,00 x 2,00	x	0,50		1,00 m ³
*** Reboco do muro	26,00	m ²			
*** coroamento	600,00 x 5,00	x	0,20		600,00 m ²
*** cordão de fixação	0,50 x 0,80	x	35,00		14,00 m ³

CARIRÉ, 05 DE JANEIRO DE 2015


José Aquino Rufino Vieira
Eng: CIVIL-CREA-CE
RNP: 06006436-46

5.2 - QUADRO GERAL

ESTACAS		maciço/aterro				talude				fundação				esvaiação			
		AREA PARCIAL	SOMA AREAS	SEMI DIST.	VOLUME PARCIAL	LADOS PARC	SOMA LADOS	LADO X SEMI D	AREAS ACUMUL	AREAS PARCIAL	SOMA AREA	AREA ACUMUL	AREAS PARC.	SOMA AREA	AREA ACUM.		
0=0+5	0		10,00	0,00	0	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
1	18,80	26,20	10,00	262,00	2,50	2,50	25,00	25,00	5,90	5,90	59,00	3,25	3,25	8,13			
2	26,20	45,00	10,00	712,00	3,20	5,70	57,00	82,00	6,48	12,38	182,80	4,52	7,77	32,99			
3	29,20	55,40	10,00	1266,00	4,80	8,00	80,00	162,00	9,62	16,10	343,80	5,55	10,07	81,33			
4	21,43	50,63	10,00	506,30	6,00	10,80	108,00	270,00	12,54	22,16	565,40	6,95	12,50	156,33			
5	24,42	45,85	10,00	458,50	10,50	16,50	165,00	435,00	10,39	22,93	794,70	6,00	12,95	292,30			
6	35,25	59,67	10,00	596,70	8,56	19,06	190,60	625,60	8,56	18,95	984,20	5,54	11,54	391,08			
7	28,65	63,90	10,00	639,00	6,65	15,21	152,10	777,70	6,32	14,88	1.133,00	4,46	10,00	457,58			
8	26,20	54,85	10,00	548,50	4,12	10,77	107,70	885,40	5,00	11,32	1.246,20	5,55	10,01	498,82			
9	31,00	57,20	10,00	572,00	3,96	8,08	80,80	966,20	4,00	9,00	1.336,20	6,55	12,10	546,74			
10	25,60	56,60	10,00	566,00	3,50	7,46	74,60	1.040,80	3,25	7,25	1.408,70	6,30	12,85	591,71			
11	18,56	44,16	10,00	441,60	2,90	6,40	64,00	1.104,80	2,20	5,45	1.463,20	6,30	12,60	628,25			
15	18,80	18,80	10,00	188,00	2,20	5,10	51,00	1.155,80									
16	26,25	45,05	10,00	450,50	3,66	3,66	36,60	1.192,40									
17	21,45	47,70	10,00	477,00	5,50	7,70	77,00	1.232,80									
18	30,95	52,40	10,00	524,00	7,85	11,51	115,10	1.307,50									
19	27,00	57,95	10,00	579,50	4,25	9,75	97,50	1.330,30									
20	0,00	27,00	10,00	270,00	1,50	9,35	93,50	1.401,00									
TOTAIS				7.109,10				1.401,00			1.463,20			628,25			

OBRA: Açude Cabeça do Boi
LOCAL: Comunidade de Alto dos Honórios

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

jan/15

1/1

VOLUME TOTAL DO MACIÇO
VOLUME TOTAL DA FUNDAÇÃO
AREA TOTAL TALUDE
VOLUME TOTAL DE MATERIAL

7.737,35 m³
1.463,20 m³
1.401,00 m²
9.200,55 m³

CARIRÉ, 05 DE JANEIRO DE 2015


José Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP: 060006436-46



5.3 - CORTE DO SANGRADOURO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ							LOCAL: Ceará
OBRA : Açude Cabeça do Boi		Quadro de Cubação					
SEÇÕES	ÁREA PARCIAL	SOMA ÁREAS	SEMI - DISTÂNCIA	VOLUME PARCIAL	VOLUME ACUMULADO	OBSERVAÇÃO	
SM1	22,200	22,200	5,00	111,00	111,00		
SM2	24,560	46,760	5,00	233,80	344,80		
S0	28,540	53,100	5,00	265,50	610,30		
SJ1	25,650	54,190	5,00	270,95	881,25		
SJ2	24,200	49,850	5,00	249,25	1.130,50		
				transportado			
				total da folha			
				total		1.130,50	
VOLUMES (m³)							
material de 1ª categoria							
material de 2ª categoria							
material de 3ª categoria							
					282,63	m³	
					847,88	m³	
					-	m³	

CARIRÉ, 05 DE JANEIRO DE 2015


 Eng: CIVIL-OREA-CE
 R.F.P.: 06006436-46



PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

Taxas de Leis Sociais e Riscos do Trabalho



OBRA: Reforma de Talude do Açude Cabeça do Boi, Município de Cariré
LOCALIDADE: ALTO DOS HONORIOS-CARIRÉ

Sobre o custo de mão de obra operacional diretamente envolvida na execução dos serviços uma taxa de Leis basicamente uma soma de obrigações legais e riscos inerentes ao contrato de trabalho.

Abaixo relacionada cada percentagem de que se constitui essa taxa :

A- Encargos sociais básicos:

0,00%	A	1	INSS
1,50%	A	2	SESI
1,00%	A	3	SENAI
0,20%	A	4	INCRA
0,60%	A	5	SEBREA
2,50%	A	6	SALÁRIO EDUCAÇÃO
3,00%	A	7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO
8,00%	A	8	FGTS
0,00%	A	9	SECONCI

16,80%

B- Encargos sociais que recebem as incidências de A

17,88%	B	1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO
3,72%	B	2	FERIADOS
0,92%	B	3	AUXILIO-ENFERMIDADE
11,01%	B	4	13ª SALÁRIO
0,08%	B	5	LICCENÇA PATERNIDADE
0,73%	B	6	FALTAS JUSTIFICADAS
1,67%	B	7	DIAS DE CHUVAS
0,12%	B	8	AUXILIO ACIDENTES DE TRABALHO
11,80%	B	9	FÉRIAS GOZADAS
0,03%	B	10	SALÁRIO MATERNIDADE

47,96%

José Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP:06006436-46

C- Encargos sociais que não recebem as incidências globais de A

7,12%	C	1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO
0,40%	C	2	AVISO PRÉVIO TRABALHISTA
2,40%	C	3	FÉRIAS INDENIZADAS
4,83%	C	4	DEPOSITO RESCISAO SEM JUSTA CAUSA
0,60%	C	5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL

15,35%


D- Taxas das reincidências

8,06%	D	1	Reincidência de A sobre B
0,64%	D	2	Reincidência de A2 sobre C3

8,70%

Percentual Total 88,81%
CARIRE, 05 DE JANEIRO DE 2015




José Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP:06006436-46

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

TABELA DE PREÇOS SINAPI-JULHO 2014/SEINFRA 023.1/2014

ORÇAMENTO BÁSICO

OBRA: Reforma de Talude do Açude Cabeça do Boi, Município de Cariré

LOCAL: ALTO DOS HONORIOS

jan/15

ITEM	INSUMO	SERVIÇOS	UNID.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
A RECUPERAÇÃO DE TALUDE AÇUDE CABEÇA DO BOI						
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	C1630	Locação da obra com auxílio topografico (ÁREA >5000 M2)	há	0,25	213,45	53,36
1.2	C3160	Desmatamento de jazida, tipo medio	há	20.500,00	0,29	5.945,00
1.3	73903/002	Expurgo de material na área de empréstimo c/ bota-fora até 300m, medido no corte.	m³	3.075,00	2,46	7.564,50
1.4	C2850	Instalação e manutenção do canteiro de obra.	%	Até 1,5 v.O	1.500,51	1.500,51
1.5	C3375	Mobilização e desmobilização de equip. e pessoal.	%	Até 1,5 v.O	1.500,00	1.500,51
1.6	74209/001	Placas de obra	m²	24,00	255,89	6.141,36
					SUBTOTAL	22.705,24
2.0		FUNDAÇÃO E BARRAGEM				
2.1	83.338,00	Escavação em material de 1a. categoria no escalonamento da baragem (material reaproveitável)	m³	628,25	2,44	1.532,94
2.2	72.818,00	Escavação, carga, transporte e descarga c/ bota-fora até 300m de mat. de 1ª categoria da fundação	m³	2.091,45	4,42	9.244,23
2.3	76444/001	Aterro compactado, compreendendo esc., carga, desc.e transp. Até 300m , umed.,esp.,homog. e compactação	m³	8.365,61	8,87	74.202,95
2.4	C3234	Revestimento do coroamento com cascalhinho ou piçarra	m²	600,00	7,32	4.392,00
					SUBTOTAL	89.372,12
3.0		MURO DE PROTEÇÃO DA BARRAGEM				
3.1	C1256	Escavação manual para fundação em mat. de 1ª categoria	m³	1,00	24,45	24,45
3.2	C0057	Alvenaria de elevação em pedra argamassada, cimento e areia, traço 1:4	m³	19,63	228,75	4.489,22
3.3	C3407	Reboco interno ou externo, argamassa de cim. e areia, traço 1:3	m²	26,00	18,88	490,88
					SUBTOTAL	5.004,55
4.0		SANGRADOURO				
4.1	C3178	Escavação , caraga e transporte mat. de 1ª categoria, até 400m	m³	282,63	6,80	1.921,85
4.2	C3187	Escavação , caraga e transporte mat.de 2ª categoria, até 400m	m³	847,88	8,52	7.223,90
					SUBTOTAL	9.145,75
		sub total				126.227,66
		BDI 25%				31.556,92
		Total Parcial				157.784,58
B CONSTRUÇÃO DE VERTEDOURO						
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	C2102	RASPAGEM E LIMPEZA DO TERRENO	M2	480,00	2,09	1.003,20
					SUBTOTAL	1.003,20
2.0		MOVIMENTO DE TERRA				
2.1	C1256	ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M	M3	132,00	24,45	3.227,40
2.3	C0330	ATERRO C/COMPACTAÇÃO MANUAL S/CONTROLE, MAT. C/AQUISIÇÃO	M3	144,00	64,79	9.329,76
					SUBTOTAL	12.557,16
3.0		INFRAESTRUTURA (FUNDAÇÃO E ALVENARIA)				
3.1	C3345	ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:3) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS P/ FUNDAÇÃO	M3	151,60	286,15	43.380,34
3.2	C0776	CHAPISCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PENEIRAR TRAÇO 1:3 ESP.= 5mm P/ PAREDE	M2	424,00	3,97	1.683,28
3.3	C3407	REBOCO C/ARGAMASSA DE CAL HIDRATADA E AREIA PENEIRADA TRAÇO 1:2 ESP=5 mm P/PAREDE	M2	424,00	18,88	8.005,12
					SUBTOTAL	53.068,74
4.0		SUPERESTRUTURA (PLATAFORMA)				
4.1	C0837	LASTRO DE CONCRETO INCLUINDO PREPARO E LANÇAMENTO	M3	95,00	273,74	26.005,30
4.2	C2423	TELA METÁLICA AÇO GALVANIZADO, MALHA (13 X 13)MM2	M2	400,00	67,05	26.820,00
4.3	C1915	PISO CIMENTADO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/ PENEIRAR ESP. 2,0 cm	M2	400,00	25,43	10.172,00
					SUBTOTAL	62.997,30
5.0		SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
5.1	C1628	LIMPEZA GERAL	M2	400,00	5,84	2.336,00
					SUBTOTAL	2.336,00
		sub total				131.962,40
		BDI 25%				32.990,60
		Total Parcial				164.953,00
		Total Geral				322.737,58

CARIRÉ, 05 DE JANEIRO DE 2015


 José Aquino Rufino Vieira
 Eng: Civil-CREA-CE
 RNP:06006436-46



8.0 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

OBRA : Açude Cabeça do Boi
 LOCAL: Cariré - Ce.

FL : 1/1

A RECUPERAÇÃO DE TALUDE AÇUDE CABEÇA DO BOI				
SERVIÇOS	30 DIAS	60 DIAS	TOTAL	
1.0 - Serviços Preliminares				
	15.893,67		6.811,57	28.381,55
2.0 - Fundação e Barragem				
	55.857,58	55.857,58		111.715,16
3.0 - Muros de Proteção				
			5.004,55	6.255,69
4.0 - Sangradouro				
		9.145,75		11.432,18
SUB TOTAL	71.751,25		76.819,44	
TOTAL PARCIAL				157.784,58
B CONSTRUÇÃO DE VERTEDOURO				
SERVIÇOS	30 DIAS	60 DIAS	TOTAL	
1.0 - Serviços Preliminares				
	702,24		551,76	1.254,00
2.0 - Movimento de Terra				
	7.848,23	7.848,23		15.696,45
3.0 - Infraestrutura(fundação e alvenaria)				
			66.335,93	66.335,93
4.0 - Superestrutura(plataforma)				
		78.746,63		78.746,63
5.0 - Serviços Complementares				
		3.227,40		2.920,00
SUB TOTAL	8.550,47		156.709,94	
TOTAL PARCIAL				164.953,00
TOTAL GERAL				322.737,58

CARIRÉ, 05 DE JANEIRO DE 2015

José Aquino Rufino Vieira
 Eng. Civil-CREA-CE
 RNP:06006435-46



DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO BDI/LDI

OBEDECENDO AO ACÓRDÃO 2622/2013 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO(TCU)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

OBRA: Reforma de Talude do Açude Cabeça do Boi, Município de Cariré

LOCALIDADE: ALTO DOS HONORIOS-CARIRÉ

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA				
	TIPO DE OBRA	1 QUADRIL	MÉDIO	3 QUADRIL
1.0	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%
1.1	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	19,60%	20,97%	24,23%
1.2	CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	20,76%	24,18%	26,44%
1.3	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	24,00%	25,84%	27,86%
1.4	OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	22,80%	27,48%	30,95%
1.5	FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	11,10%	14,02%	16,80%

CÁLCULO DO BDI - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

ITEM	TAXAS DE SERVIÇOS	1 QUADRIL	MÉDIO	3 QUADRIL
1.0	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,00%	4,00%	5,50%
1.1	SEGURO E GARANTIAS	0,80%	0,80%	1,00%
1.2	RISCOS	0,97%	1,27%	1,27%
1.3	DESPESA FINANCEIRA	0,59%	1,23%	1,39%
1.4	LUCRO BRUTO	6,16%	7,40%	8,96%
1.5	PIS, COFINS E ISSQN (0,65+3,00+3,00)	5,65%	6,65%	8,65%
1.6	BDI CALCULADO			

$$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - i)} \right] - 1 \times 100 =$$

SENDO:

AC = taxa de Administração Central =

S = taxa de seguros =

R = taxa de riscos =

G = taxa de garantias =

DF = taxa de despesa financeira =

L = taxa de lucro/remuneração =

i = taxa dos tributos sobre faturamento(ISS+PIS+COFINS) =

BDI =

BDI ADOTADO =

0,0400

0,0080

0,0127

0,0080 (SEGURO+GARANTIAS)

0,0123

0,0786

0,0665

25,00

25,00

CARIRÉ, 05 DE JANEIRO DE 2015

José Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP:06006436-46

APROVAÇÕES

113
18

Jose Aquino Rufino Vieira
Eng: CIVIL-CREA-CE
RNP: 06006436-46

TÍTULO

Reforma de Talude do Açude Cabeça do Boi

PROPRIETÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

LOCAL DA OBRA:

LOCALIDADE DE ALTO DOS HONORIOS-CARIRÉ

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ÁREAS

CONTEÚDO

01 - PLANTA BAIXA

DATA

JANEIRO/2015

ESCALA

INDICADA

DESENHO

FOLHA

01/01

OBS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ

OBRA: Reforma de Talude do Açude Cabeça do Boi, Município de Cariré
LOCAL: ALTO DOS HONORIOS/CARIRÉ - CE

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO - 01



Foto 1



Foto 2



Foto 3

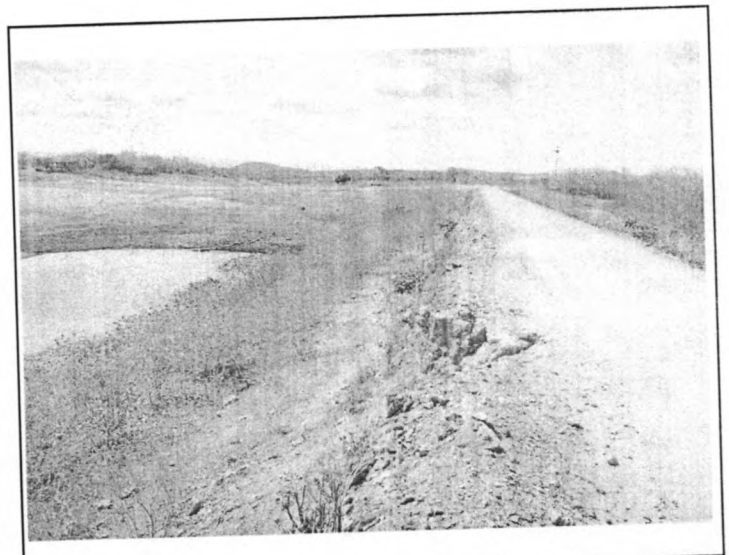


Foto 4

Cariré, 05 de janeiro de 2015.

José Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP:06006436-46



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ



OBRA: Reforma de Talude do Açude Cabeça do Boi, Município de Cariré
LOCAL: ALTO DOS HONORIOS/CARIRÉ - CE

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO - 02

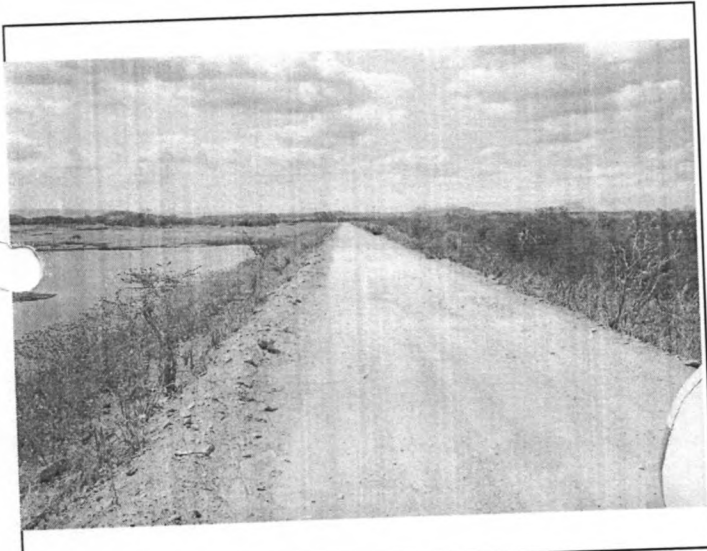


Foto 5

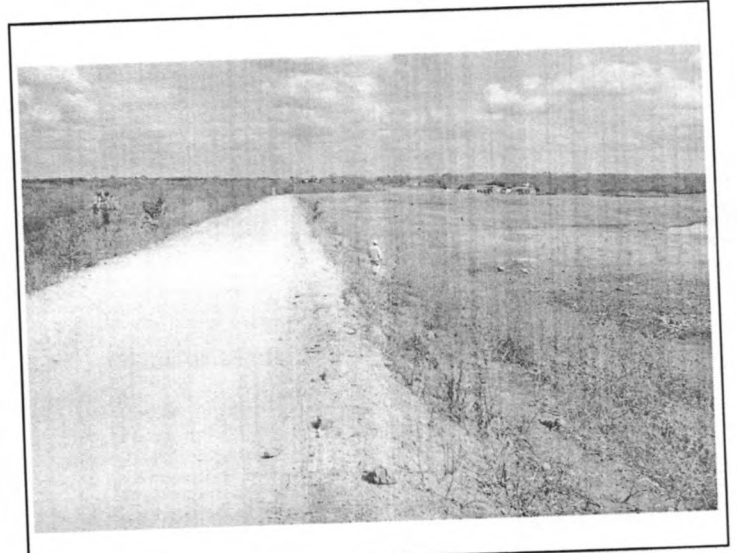


Foto 6



Foto 7

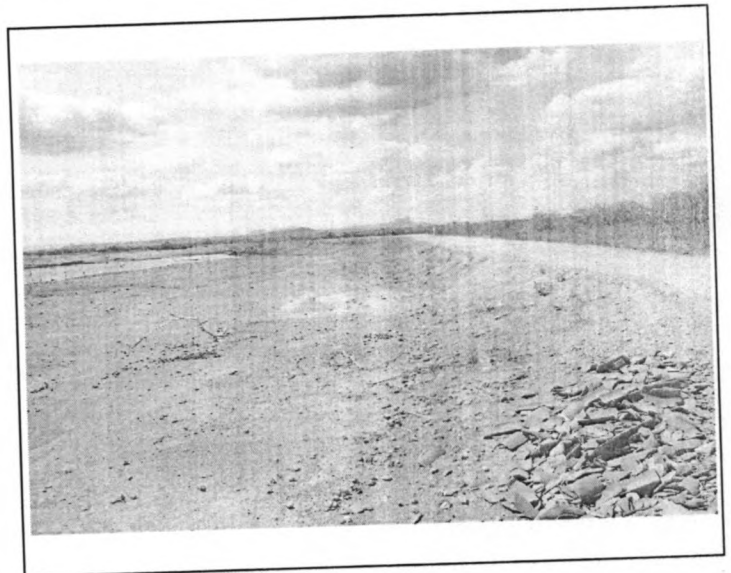


Foto 8

Cariré, 05 de janeiro de 2015.

José Aquino Rufino Vieira
Eng: Civil-CREA-CE
RNP:06006436-46



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ



OBRA: Reforma de Talude do Açude Cabeça do Boi, Município de Cariré
LOCAL: ALTO DOS HONORIOS/CARIRÉ - CE

0

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO - 03

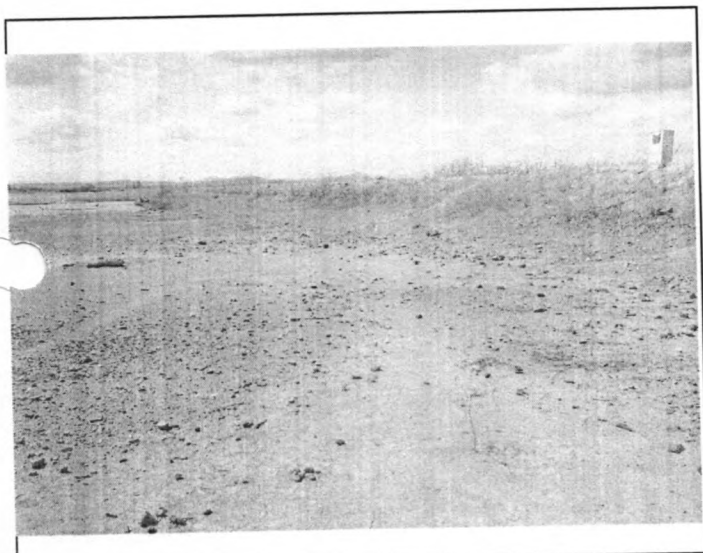


Foto 9

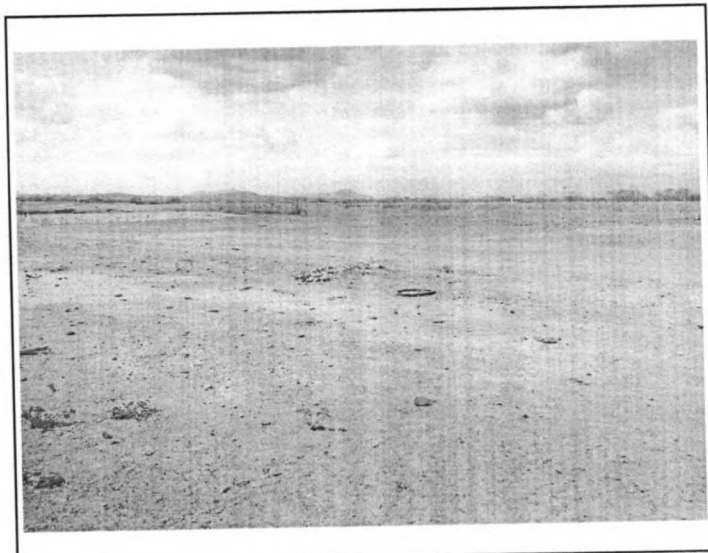


Foto 10

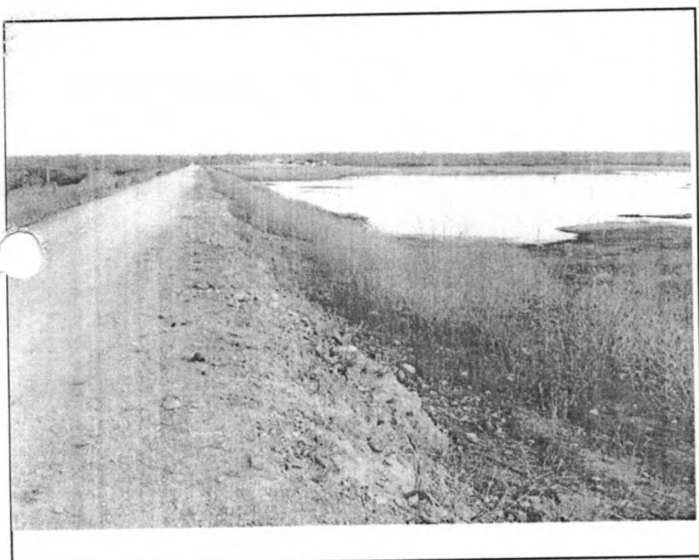


Foto 11

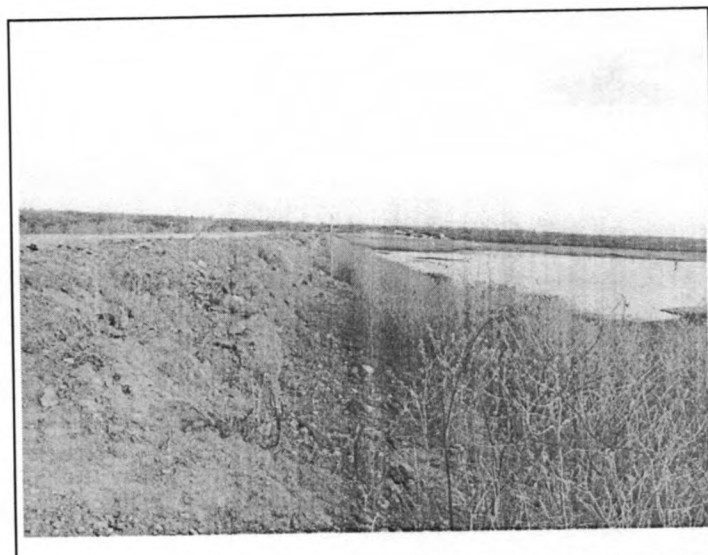


Foto 12

Cariré, 05 de janeiro de 2015.

José Aquino Rufino Vieira
Eng: CIVIL-CREA-CE
RNP:06006436-46



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ



CARIRÉ



(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

ANEXO II - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

LOCAL E DATA

À
Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal do Cariré
CARIRÉ-CE.

REF.: TOMADA DE PREÇO Nº

OBJETO:

PREZADOS SENHORES,

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução das obras objeto do Edital de TOMADA DE PREÇO Nº 1303.02/2015INF, pelo preço global de R\$ _____ (_____), com prazo de execução de acordo com o cronograma físico financeiro.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em __/__/____, Órgão Expedidor _____ e CNPJ nº _____, como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Atenciosamente,

.....
FIRMA PROPONENTE / CNPJ

.....
REPRESENTANTE LEGAL / CPF



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ



ANEXO III

**MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

TOMADA DE PREÇOS Nº/2015INF

OBJETO:

01. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

DESCRIÇÃO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID	VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL
				VALOR	
GLOBAL					

02. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	P. TOTAL	%	30 DIAS		60 DIAS etc..	
				%	R\$	%	R\$
	TOTAL PARCIAL						
	TOTAL ACUMULADO						

Cariré - CE, ___ de _____ de 2015.

Carimbo da Empresa e assinatura do(a) representante

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM
O MUNICÍPIO DE CARIRÉ, ATRAVÉS DA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO URBANO, COM
NAS CONDIÇÕES**
ABAIXO PACTUADAS:

O Município de Cariré, pessoa jurídica de direito público interno, através da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, em sua sede na Praça Elísio Aguiar, s/n, Centro, Cariré-Ce, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.598.600/0001-42, neste ato representado (a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, Sr(a). _____, portador (a) do CPF nº _____, doravante denominado de CONTRATANTE, e, do outro lado a empresa, _____ com endereço à _____ em _____, Estado do _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, representado por _____, portador(a) do CPF nº _____, ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com o Edital de TOMADA DE PREÇO nº _____/2015INF, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato na Tomada de Preços nº 1303.02/2015INF, devidamente homologada pela autoridade competente, ao fim assinado e a proposta da Contratada, tudo parte integrante deste Termo Contratual, independente de transcrição, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1- A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ _____ (_____) a ser pago de acordo com as medições e o cronograma físico financeiro.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1-A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 4.2-Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 4.3-Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 4.4-Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1-Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos na TOMADA DE PREÇO nº 1303.02/2015INF, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 5.2-Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- 5.3-Utilizar profissionais devidamente habilitados;



190
D

- 5.4-Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 5.5-Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 5.6-Responder perante a Prefeitura Municipal do Cariré, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, que sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- 5.7-Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do CONTRATO;
- 5.8- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 5.9- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal do Cariré, por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal do Cariré;
- 5.10-Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;
- 5.11-Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;
- 5.12-Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- 5.13-Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;
- 5.14-Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;
- 5.15- A CONTRATADA deverá colocar na obra como residente um Engenheiro Civil com experiência comprovada em execução de serviços semelhantes aos licitados.
- 5.16- A CONTRATADA estará obrigada ainda a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:
- a) Prestar os serviços de acordo com o edital e seus anexos, projetos e as Normas da ABNT.
 - b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado;
 - c) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;
 - d) Apresentar, caso a CONTRATADA seja obrigada pela legislação pertinente, antes da 1ª medição, cronograma e descrição da implantação das medidas preventivas definidas no Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Industrial da Construção – PCMAT, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e seus respectivos responsáveis, sob pena de retardar o processo de pagamento;
 - e) Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de “Anotação de Responsabilidade Técnica” correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante a Prefeitura Municipal do Cariré, sob pena de retardar o processo de pagamento;
 - f) Fornecer toda e qualquer documentação, cálculo estrutural, projetos, etc., produzidos durante a execução do objeto do Contrato, de forma convencional e em meio magnético (CD Rom);

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

6.1-Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados e concluídos dentro do prazo estipulado no cronograma físico financeiro, contados a partir do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.2-Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado e do novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização da Prefeitura Municipal do Cariré.

6.3-Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos a SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA , até 10 (dez) dias antes da data do término do prazo contratual.

6.4-Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela Prefeitura do Cariré, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1-O recebimento da obra será feito por equipe ou comissão técnica, constituída pela prefeitura Municipal do Cariré, para este fim.

7.2- O OBJETO DESTE CONTRATO SERÁ RECEBIDO:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;

b) Definitivamente, pela equipe ou comissão técnica, mediante "Termo de Entrega e Recebimento dos Serviços", circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da Lei nº 8666/93.

7.3- Mediante termo circunstanciado assinado pelas partes e apresentação das baixas ao INSS e no CREA, referente à matrícula do serviço.

7.4- Para efeito da devolução de que trata o subitem anterior, a garantia prestada pelo licitante, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

CLAUSULA OITAVA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

8.1- O contrato terá um prazo de vigência a partir da data de assinatura do contrato, pelo período de **06 (seis) meses**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLAUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1- As medições deverão ser elaboradas pela contratada, de comum acordo com a fiscalização e entregues na Prefeitura Municipal do Cariré, até o antepenúltimo dia útil do mês. Para isso, devem ser considerados os serviços executados somente até o terceiro dia anterior a esta data da entrega. As medições não entregues até esta data serão cadastradas com de valor ZERO e o valor constante no cronograma financeiro, referente a esse período, será automaticamente transferido para o período posterior.

9.2- O pagamento dos serviços será efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao dia da apresentação da fatura.

CLAUSULA DÉCIMA - DA FONTE DE RECURSOS

10.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos oriundos do Tesouro Municipal, sob a dotação orçamentária nº 06.01.1512204022.016 / 6.01.2060520141.018 / 06.01.2678226021.021, elemento de despesas 4.4.90.51.00, com recursos próprios/ Estadual.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

11.1- Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais poderão ser reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do INCC – Índice Nacional de Custo da Construção, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas;

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1-Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa:

b.1) Multa de 10,0 % (dez por cento) sobre o valor de sua proposta, em caso de recusa da licitante vencedora em assinar o contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela Contratante;

b.2) Multa de 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) Multa de 2,0 % (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Prefeitura Municipal do Cariré, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.3) Os valores das multas referidas nesta cláusula serão descontados "ex-officio" da Contratada, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto a Prefeitura Municipal do Cariré, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

c) Suspensão Temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova a sua reabilitação.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

14.1-A rescisão contratual poderá ser:

14.2-Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.3-Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

14.4-Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

14.5-A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1-Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

15.2-Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal do Cariré.

15.3-Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal e encaminhados à Comissão de Licitação.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ



CARIRÉ

193
SECRETARIA DE LICITAÇÕES

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1- Fica eleito o foro da Comarca do Cariré, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Cariré (CE), ____ de _____ de 2015.

.....
**ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA
DE INFRAESTRUTURA
CONTRATANTE**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____

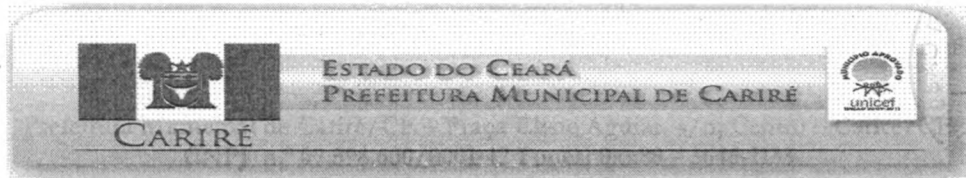
Nome:

CPF/MF:

02. _____

Nome:

CPF/MF



ANEXO V

MINUTA DE DECLARAÇÃO (Artigo. 27, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

DECLARAMOS, para todos os fins e sob as penas da lei, que não executamos trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menores de dezoito anos e de qualquer trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e de conformidade com a exigência prevista no inciso V, do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Cariré - CE, ____ de _____ de 2015.

Carimbo e assinatura do representante legal da empresa.



ANEXO VI

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

....., inscrita no CNPJ no,
..., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.),
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº,
..... e do CPF no, DECLARA, para fins do
disposto no subitem 6.1 do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as
penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:
() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº
123, de 14/12/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo
4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....
(local e data)

.....
(carimbo e assinatura do representante legal)

OBS. Assinalar com um "X" a condição da empresa.

Este formulário deverá ser entregue à Comissão juntamente com os envelopes "A"
e "B", pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime
diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela
Lei Complementar nº. 147/2014.

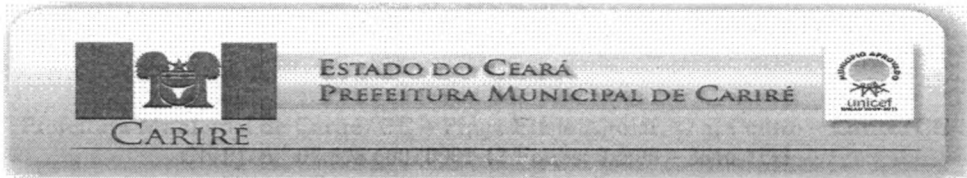
ANEXO VII
MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO IMPEDITIVO
SUPERVENIENTE A HABILITAÇÃO

....., inscrita no
CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal
o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de
Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no Edital supracitado, sob as sanções
administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório. Declara
ainda estar ciente da obrigatoriedade de comunicar a ocorrência de qualquer
evento impeditivo posterior.

.....
(local e data)

.....
(carimbo e assinatura do representante legal)

OBS.: Este formulário deverá ser inserido no envelope "A"



**ANEXO VIII
MODELO DE PROCURAÇÃO**

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº

OUTORGANTE: (Nome e qualificação COMPLETA)

OUTORGADO: (Nome e qualificação COMPLETA)

PODERES

Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentos de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso, renunciar a recurso interposto e assinar contratos e todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....
(local e data)

.....
(carimbo e assinatura do representante legal)

Obs: Se particular, deverá ter firma reconhecida em cartório, e ser elaborada em papel timbrado da licitante e assinada por representante legal ou pessoa devidamente autorizada, sendo necessário comprovar os poderes do outorgante para fazer a delegação acima.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ



ANEXO IX

MODELO DE RESUMO DE INFORMAÇÕES:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

CGC:

ENDEREÇO: (RUA, Nº, COMPLEMENTO)

BAIRRO:

CIDADE:

CEP:

DADOS DO TITULAR / SÓCIO ADMINISTRADOR:

NOME:

RG:

CPF:

TELEFONE: (XX) _____ - _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA A SESSÃO:

NOME:

RG:

CPF:

TELEFONE: (XX) _____ - _____

OBS: OS DADOS ACIMA DEVERÃO ESTAR ATUALIZADOS DE ACORDO COM O ULTIMO ADITIVO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA, SE HOVER.

(ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE EM SEPARADO FORA DOS ENVELOPES)